

PARANÁ AO RÉ-S-DO-CHÃO: DISJUNÇÃO E ISOLAMENTO NA CRÔNICA E IMPRENSA PARANAENSE

PARANÁ “AO RÉ-S-DO-CHÃO”: DISJUNCTION AND ISOLATION IN
PARANÁ’S CHRONICLE AND PRESS

Francisco Camolezi¹

RESUMO: A partir das premissas e perspectivas da teoria da disjunção (Bueno, 2019), o presente trabalho contrapõe a análise de quatro crônicas publicadas na imprensa paranaense à proposta de formação do Paraná de Wilson Martins, exposta no livro *Paraná, um Brasil diferente* (1989), que defende que, por conta da ausência de mão de obra escrava, indígena e migração portuguesa, o Paraná se constituiu como território separado da identidade brasileira, ligado às tradições, culturas e sociedades europeias. Mesmo diante de uma historiografia que desbanca as conclusões do livro de Wilson Martins, sua teoria apresenta uma certa sobrevivência no projeto urbano e discurso político regional. Nesse sentido, a análise das crônicas ilustra um Paraná que guarda em seus registros literários e jornalísticos a história de fluxos migratórios e espaços de disputas étnicas complexas que mais o aproxima do que o isola do restante do país.

Palavras-chave: Disjunção e isolamento; literatura paranaense; imprensa paranaense.

ABSTRACT: Based on the premises and perspectives of disjunction theory (Bueno, 2019), this paper contrasts the analysis of four chronicles published in the Paraná press with Wilson Martins' proposal for the formation of Paraná, set out in the book *Paraná, um Brasil diferente* (1989), which argues that, due to the absence of slave labour, indigenous peoples and Portuguese migration, Paraná constituted a territory separate from Brazilian identity, linked to European traditions, cultures and societies. Even in the face of a historiography that refutes the conclusions of Wilson Martins' book, his theory has survived to a certain extent in urban planning and regional political discourse. In this sense, the analysis of the chronicles illustrates a Paraná that preserves in its literary and journalistic records the history of migratory flows and spaces of complex ethnic disputes that bring it closer to rather than isolate it from the rest of the country.

Keywords: Disjunction and isolation; Paraná literature; Paraná press.

1 Problema: Paraná ao rés-do-chão

¹ Jornalista pela Universidade Federal do Paraná. Mestrando em Estudos Literários no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A partir do livro *O tempo visto daqui: 85 cronistas paranaenses*, organizado por Luís Bueno, este trabalho olha para a história das transformações urbanas de Curitiba e do Paraná através de crônicas reunidas na antologia, todas previamente publicadas em jornais e revistas da imprensa local, como “O Dezenove de Novembro”, revista “Marinha”, “Diário do Paraná” e “Diário da Tarde”. A antologia considera crônica todo “texto publicado em jornal e revista que instaura um olhar próprio para os fatos e para a linguagem” (Bueno, 2018, p. 13). Nos interessa mais a definição do livro de autor “paranaense”. Não se trata de enclausurar uma espécie de estética, tema, linguagem ou estilo tipicamente paranaense, “porque impossível” (p. 14). Muito menos limitar o paranaense aos sujeitos nascidos no estado do Paraná. Lembro a crônica de Leminski – breve exceção aos textos analisados, que, como mencionado, serão todos recortados da antologia *O tempo visto daqui* –, publicada na edição de número 1 da “Raposa Magazine”, de 1981, revista editada pela Fundação Cultural de Curitiba. O texto começa com a seguinte: “está aberta a temporada de caça à raposa” (p. 21). Um tanto agressiva, a frase remete à recepção dos leitores paranaenses à edição de número zero da revista, lançada três meses antes. Na ocasião, os ditos “paranistas” ficaram revoltados com a falta de escritores paranaenses e, em especial, com a presença de um editor capixaba, Rubinho Gomes. É cosmopolitismo demais para uma revista publicada por um órgão da Prefeitura Municipal de Curitiba.

A avaliação de Leminski (p. 21) é: os “deslizes” da edição número zero foram a oportunidade perfeita para fazer surgir uma “substância estranha”, um “certo *chovinismo* patriótico paranista” reacionário e xenofóbico, que fez público o rancor aos forasteiros publicados pela revista. Em resposta, Leminski defende que a história da cidade é prova do contrário. Curitiba é “o pior lugar do mundo para frenesis *patrioteiros* exclusivista”.

No texto, Leminski lembra que a cultura local começa com a migração de médicos baianos que acompanhavam o primeiro presidente da província, Zacarias de Goés. Dario Vellozo, maior poeta curitibano, é carioca. Nas artes plásticas: João Zako, polonês, Miguel Bakun, ucraniano, Guido Viaro, italiano, Andersen, norueguês. Miran é paranaiguara, Luiz Rettamozo, gaúcho, Sylvio Back e Juarez Machado, catarinenses. Reynaldo Jardim, paulistano, é herói. Revolucionou o jornalismo cultural local com “Anexo” e “Pólo Cultural” e, por conta disso, “sofreu na pele e na barba, todos esses anos”.

A grande força do Paraná (e de Curitiba) é que ele não existe ainda. É uma coisa que se faz, que está se fazendo, somando, alquimizando. Por isso, em verdade, vos digo, a única modalidade de patriotismo paranaense e curitibano que me permite é perspectivo, projetivo. Para a frente. Curitiba é uma porta. Para o mundo. Para o Brasil. Para Marte. Ou Eldorado. Os menos atentos podem pensar que uma porta é apenas um enfeite na parede. Ledo ivo engano. Uma porta, qualquer criança sabe, é uma porta. E por ela uma raposa passa, brincando (1981, p. 21).

O mesmo vale para a nossa noção de crônica paranaense: não é assinada por alguém que simplesmente nasceu ou reside no Paraná. É o texto que, com a liberdade formal de um gênero ao rés-do-chão (Candido, 2003), discorre sobre os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos do estado. A problemática deste artigo é a análise de crônicas paranaenses a partir da questão disjuntiva (Bueno, 2019), ou seja, olhamos com atenção para a violenta estratificação das classes sociais e étnicas das cidades brasileiras, uma espécie de divisão simbólica e geográfica que separa a periferia do centro e as demais formas de organização da miséria no espaço urbano. O objetivo é dialogar especificamente com dois momentos da história da cidade: antes,

em sentido cronológico, o período que compõe os primeiros respiros da província, de 1850, até a abolição, 1888. O interesse, aqui, é o paralelo com a literatura em torno da chamada “formação do Paraná”, que defende que, por conta da ausência da mão de obra escrava, indígena e da colonização portuguesa, o Paraná se construiu um “Brasil diferente”. Uma espécie de Brasil contra-tropical. Grosso modo, a Europa brasileira. Esse discurso encontra suas raízes no ensaio de Wilson Martins, *Um Brasil diferente* (1989), originalmente publicado em 1955. Apesar de contrapor as crônicas à teoria de Wilson Martins, a relevância da pesquisa não se justifica em prová-la falsa, uma vez já desmentida por outros capítulos da historiografia paranaense, como veremos a seguir. A contradição posta é a sobrevivência das definições de Wilson Martins nos discursos contemporâneos sobre o Paraná. Não só escutamos frequentes associações de Curitiba à Europa em conversas cotidianas e na política regional, como também na recepção do texto paranaense no escopo nacional. Trago de exemplo a carta de Aldo Pereira para a redação da *Raposa Magazine*, mesma revista que publicou o texto de Leminski

Caro Nani. Recebi a sua linda Raposa. Está linda demais para o meu gosto. Eu preferia que ela fosse mais “moleca”, uma raposa ladrona de galinhas, mais brasileira. Mas o Paraná é um Brasil diferente, como já disse o mestre Wilson Martins. Como esta está mais para um “renard argenté” que para raposa, cuidado para que uma polaca não a meta no pescoço e vá exibí-la na rua das flores neste inverno curitibano. Desejo sucesso que vocês merecem (Aldo Pereira, 1981, p. 2).

Para a pesquisa, é de extrema relevância discutir essas noções porque o produto final do trabalho de Wilson Martins é o isolamento paranaense diante da geografia cultural e literária brasileira, nos encaminhando para um cânone literário também disjuntivo, com divisões muito bem definidas para o texto que ultrapassa as fronteiras do estado.

O segundo momento é o *boom* habitacional que Curitiba viveu nos anos 1960 e 1970. Com os investimentos em novas técnicas e tecnologias visando a dinamização da agricultura, encarecendo a atividade agrícola, o Paraná acaba por promover a concentração fundiária e intensificar o êxodo rural no interior do estado (Menezes, 1996). Na região norte, o desgaste ambiental deu início ao declínio do ciclo do café a partir dos anos 1960. Nas regiões oeste e sudeste do estado, a construção da Usina de Itaipu gerou a expropriação em massa de pequenos agricultores. Essas famílias encontraram duas opções: tornaram-se boias-frias, ou seja, trabalhadores rurais sem vínculo empregatício; ou migraram para os grandes centros urbanos, no caso, Curitiba. Entre 1960 e 1980, a população curitibana saltou de 361.309 para 1.024.975 habitantes, um aumento em cerca de 283,6%. Esses migrantes ocuparam bairros periféricos que, completamente desconsiderados pelo Projeto de Planejamento Urbano, não receberam grandes investimentos na infraestrutura e foram pouco afetados pela especulação imobiliária, gerando preços palpáveis para migrantes rurais, como o Boqueirão, Alto-boqueirão, Xaxim, Capão Raso, Pinheirinho, Sítio Cercado, etc.. Para o fotógrafo João Urban, que registrou trabalhadores boias-frias no norte e sudoeste do Paraná entre 1976 e 1981:

De meados dos anos 1960 até o final dos anos 1970, houve uma grande evasão da população do interior do Paraná, ocasionada pela mecanização da lavoura, pela erradicação do café e pela expansão da pecuária. Uma imensa extensão de florestas naturais foi substituída por lavoura de soja e por árvores exóticas. Tudo isso gerou grande desemprego e êxodo. Quase três milhões de pessoas

saíram da área rural do Paraná nessa época. A grande maioria deixou para trás sua tradição de agricultores, de homens e mulheres do campo, fazendo crescer as favelas e ampliando os patamares da miséria nas cidades maiores, que não contavam com estrutura para receber os novos habitantes. (Urban, 2012, p. 77).

Então, olhamos com atenção para as crônicas dos anos 1950 e 1970. Essa perspectiva é particularmente interessante à pesquisa porque, com a chegada da população migrante ao centro urbano, é esperado que a imprensa fique encarregada de explicar a cidade para quem chega e as transformações no espaço físico urbano provocadas pela migração para quem já residia antes. Nos anos 1950, Curitiba vê nascer três importantes jornais locais: “O Estado do Paraná”, “O Diário do Paraná” e o “Última Hora Paraná”. De repente, Curitiba se torna uma cidade prolífica para a imprensa diária e, com a ascensão dos jornais, a crônica e a literatura paranaense ganham espaço nos suplementos culturais, como o “Letras e Artes”, no “Diário do Paraná”. Trata-se, aqui, de uma simbiose. O leitor migrante e o cronista se retroalimentam, e entre os objetivos do artigo está observar justamente os elementos disjuntivos presentes na narração dos movimentos migratórios e da miséria por parte dos cronistas da imprensa paranaense. Há uma certa recorrência da pobreza e da estratificação enquanto assunto nas crônicas curitibanas dos anos 1960, o que é útil para ilustrar, a partir da ótica da disjunção, a história de uma cidade que expande suas margens na periferia do capitalismo global.

2 O Brasil diferente

Na conclusão do seu longo ensaio sobre a formação sociológica do Paraná, Wilson Martins resume que o estado “acrescenta uma nova dimensão ao Brasil [...]. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio” (p. 446). Essa “definição humana não brasileira”, somada à paisagem geográfica do estado, justifica uma cultura em contraponto ao Brasil tropical e etnicamente triangular de Gilberto Freyre, dos indígenas, negros e africanos. É claro, não é verdade. Pesquisas mostram que os primeiros bandeirantes a colonizar a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, fundada no ano de 1693 e hoje Curitiba, como Mateus Leme e Baltazar Carrasco dos Reis, só tiveram suas sesmarias cedidas pela corte por deter grande número de mão de obra escrava, “evidentemente indígena” (Fortes, 2014, p. 55). Durante o primeiro ciclo econômico da região, a pecuária, no final do século XVIII, a Vila contava com cerca de 10.000 habitantes, sendo 200 deles escravizados (Menezes, 1996). Mesmo o mito fundador da cidade já prevê a participação dos povos originários na sua construção. A lenda conta que, no ponto onde hoje fica a Praça Tiradentes, centro da cidade e marco zero da colonização, o cacique Tindiquera, Tingui, teria apresentado a região aos colonizadores como “Core Tiba”, do Guarani, “muitos pinheiros” – um erro de tradução, porque, apesar da raiz “tiba” remeter à abundância, “core” é o porco-do-mato, caça ou comida (Sutil, 2018), que, com as mudanças na dieta indígena, passou a representar o pinhão (Pitz, 2020). É claro, as pesquisas supracitadas são contraponto suficiente ao texto de Wilson Martins. A análise das crônicas se justifica porque esses textos atuam como relatos das complexas dinâmicas que a escravidão produziu no Paraná.

A primeira crônica analisada pelo trabalho é publicada no “O Dezenove de Dezembro”, primeiro jornal paranaense (Pilotto, 1976), fundado com a inauguração do governo provincial em 19 de dezembro de 1853. Era uma espécie de diário oficial da província. A crônica é assinada por Antônio Rufino Nunes e foi publicada no dia 9 de setembro de 1854 na seção “Comunicado” do jornal. Intitulada “Francisca Placidina e seus quatro filhos reduzidos à

escravidão na Vila de Castro”, a crônica é endereçada ao então presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes, e narra a história de Francisca Placinda, escrava que, apesar de liberta pela finada Rita Florinda de Jesus, moradora do distrito da freguesia de Ponta Grossa, “ainda não soube qual é o gozo da liberdade” (Nunes, 2018, p. 99). O problema é o seguinte: assim que morre Rita Florinda de Jesus, seus bens foram denunciados ao juízo municipal da Vila de Castro. Feito o inventário, todos os bens foram transferidos para Castro, incluindo Francisca Placidina e seus quatro filhos, apesar de libertos – Francisca e seus filhos receberam a alforria de Rita com a condição de que Francisca cuidasse dela até a sua morte, o que aconteceu. A família foi mantida em cativo até que os herdeiros de Rita e de seu marido, também morto, Antônio de Lima, fizessem a partilha dos bens. A família foi totalmente dividida e uma das filhas, de nome Maria, foi vendida a Lúcio Cordeiro, morador da Vila de Guarapuava. Diante das circunstâncias, Francisca procura a justiça de Castro, espera dez meses e, na iminência do chá de cadeira, decide inquirir o próprio presidente da província, Zacarias de Góes, por meio do “O Dezenove de Dezembro”. Apesar de não haver nenhuma sugestão por parte da disposição e diagramação do texto – o que é totalmente justificável pelo momento gráfico da imprensa brasileira na época –, o uso da primeira pessoa na narração da história sugere que o jornal publica o depoimento de Francisca na íntegra, uma carta redigida por Antonio Rufino Mendes a pedido de Francisca Placidina. E finaliza:

Na atualidade, em que a sua suplicante se acha, a não lhe valer a clemência de Vossa Excelência como órgão da justiça, e sua execução se verá com seus quatro filhos que nasceram libertos reduzidos a perpétuo cativo. Por isso, Excelentíssimo Senhor, a suplicante espera que Vossa Excelência, mandando examinar todos esses fatos, faça com que as justiças ordinárias ponham a suplicante sob o abrigo das leis, que tanto favorecem a liberdade, como também os seus direitos em salvaguarda de maiores perseguições (Nunes, 2018, p. 100).

Trata-se de um imbróglio jurídico para tentar reescravizar uma mulher liberta – prática não incomum no Brasil Imperial – e seus quatro filhos, também libertos. Como observado por José Augusto Leandro (2019), “ao que parece, demais autoridades daquela Comarca [de Castro] faziam vistas grossas ao acontecido”. Em 16 de setembro do mesmo ano, é publicado um relatório encomendado pelo presidente da província e assinado por Fernandes Junior que aponta diversos deslizos no decorrer do processo de inventário de Rita Florinda (p. 3). Na quarta página da edição de 23 de setembro, o jornal publica o desfecho da história em texto assinado pelo próprio Zacarias de Góes. Com a intervenção do presidente da província, a família foi mandada à Curitiba, sob proteção do governo,

Até que haja em Castro um exame regular, feito por autoridade competente que conheça dos erros e ilegalidades, que atropelam os direitos dessas cinco pessoas e as reduziram ao cativo. E cabe-me dizer-lhe, em resposta, que mande entregar ao juiz municipal desta cidade os cinco infelizes, a que seu ofício se refere, para que, em poder de um depositário capaz, aguardem ocasião oportuna de irem a Castro defender os seus direitos, ocasião que se oferecerá logo que o juiz de direito, o atual ou o que o governo imperial haja de nomear para aquela nova comarca, conheça das irregularidades a que vm. alude, e assegure a Francisca Placidina e a seus filhos a defesa de sua liberdade tão desumana e cruelmente oprimida (Vasconcellos, 1854, p. 4)

A negligência jurídica em relação ao caso de Francisca e a defesa enérgica de seus direitos por parte da imprensa e a intervenção institucional do governo da província no judiciário de Castro é uma ilustração interessante das complexas dinâmicas da escravidão no Paraná dos anos 1850, bastante diferente daquele esboçado por Wilson Martins.

A segunda crônica que pretendo analisar é de Euclides Bandeira (2018, p. 141), poeta simbolista e curitibano. No texto, Euclides parte de *Paranistas*, de Valfrido Piloto, livro sobre o movimento abolicionista no Paraná, para recorrer às suas memórias de infância. Filho de Carlos da Motta Bandeira e Silva – da mesma linhagem de Baltazar Cassarco dos Reis, bandeirante que, como já citado, teve sesmarias na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais cedidas pela corte por ser detentor de mão de obra escrava –, Euclides conta que, no livro, o pai aparece “alforriando escravos”. A crônica narra as histórias de Adão, Justino e “Negro Fugido”, e sugere que o pai de Euclides, Carlos da Motta Bandeira e Silva, era detentor de um “escritório” inserido no circuito do abolicionismo paranaense. Adão, apesar de liberto, “permanecera na casa senhorial, fenômeno comum naqueles tempos”. Tornou-se pedreiro e, mesmo morto pelo *delirium tremens*, permaneceu “credenciado” às “reminiscências da criançada da casa” porque assobiava como um “pintassilgo de cabeça preta”. Justino, “de pigmento mais carregado”, era alfaiate e interessado em política. “Quando a Assembleia funcionava, abandonava a tesoura para assistir aos debates, armazenando-os inteirinhos na memória prodigiosa”. Por fim, a história que nos interessa aqui é a do “Negro Fugido”, porque é ela que desenha um possível circuito do abolicionismo paranaense. Negro Fugido, cego de um olho – “vazado pela ponta de um bacalhau”, chicote de couro usado para abrir feridas que mais tarde seriam sobrepostas por sal –, bate à porta do escritório de Carlos Motta e é recebido por Euclides, “guri metediço”. A memória de Euclides conta o Negro “exausto e ressabiado”, carregando um saco de estopas contendo os ferros do cárcere, “coleiras, pedaços de grillhões, cadeado e manilhas”. Fora encaminhado aos amigos da capital – ou seja, ao pai de Euclides – pelos “abolicionistas espalhados pela Província”, que “lhes favoreciam a evasão”.

A crônica, publicada em 1934 na revista “Marinha”, é elusiva em relação às datas, por isso, de pouco adianta comparar a situação e o tempo. Podemos supor que, por ter nascido no ano de 1876, é bastante provável que as memórias da infância de Euclides Bandeira estejam ambientadas nos anos 1880, ou seja, entre a Lei do Ventre Livre e a Abolição. No entanto, é praticamente impossível definir as condições das alforrias. O bacana, aqui, é a contradição. Por mais que vindo de uma família escravagista – desde Baltazar Carrasco até seus avós, que, segundo Euclides, possuíam “de lado a lado, regular escravatura” –, Carlos da Motta Bandeira e Silva era a ponta do sistema de libertação de escravizados do abolicionismo paranaense. E mesmo inserido em contexto abolicionista, Euclides conclui a crônica contando o seu desejo infantil de “ver como se punha coleira de ferro ao pescoço de uma criatura humana para acorrentá-la ao tronco, como se fosse cão”.

Apesar das evidentes diferenças populacionais e do tardio predomínio do trabalho escravo no Paraná (Motta, 2022), as crônicas ilustram um cenário escravista que não difere em complexidade àquela praticada no restante do Brasil tropical. Pensamos o que teria acontecido com a família de Francisca caso ela não procurasse o presidente da Província, como, imagino, diversos outros escravizados libertos em mesma situação não procuraram; Adão, se nunca escravizado, talvez não morresse em *delirium tremens* e fosse lembrado para além de um bom assobiador; Justino poderia se tornar um político, por que não? E o Negro fetichizado por Euclides Bandeira não teria um olho esvaziado pelo bacalhau. Essas crônicas mostram que, mesmo libertos, a experiência da província escravista faz restar poucas opções de existência –

não se trata apenas da migração compulsória, trabalho forçado ou violência institucional, mas de um produto que tem muito a ver com a composição das periferias nas cidades brasileiras. Do Oiapoque ao Chuí, e não do Oiapoque ao Ariri.

3 Curitiba, um Brasil disjuntivo

A ideia em torno da disjunção parte de uma constatação simples: nunca houve um Brasil em formação, cujo resultado está condicionado à sua própria síntese “justa e democrática” diante da superação de suas desigualdades, ideia desenvolvida por intelectuais como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda (Bueno, 2019). Desde a metade do século XX até hoje, o país continua profundamente dividido e desigual. E, desde antes da metade do século XX, o país já está formado. Disjuntivo do jeito que é. Afinal, se a superação das desigualdades não é uma condição para a formação dos Estados modernos do centro do capitalismo global, por que seria na periferia? Para Bueno, diferente do que entendeu a elite intelectual de “formação”, não há uma contradição absoluta entre disjunção e modernidade. Nesse contexto, a literatura brasileira parte de uma “tradição disjuntiva”. E essa tradição se manifesta tanto em aspectos formais – vide o livro *A Carne*, de Júlio Ribeiro, lido pela crítica como um romance ‘errado’ por não se encaixar perfeitamente nos movimentos e escolas literárias do final do século XIX – como de conteúdo, explorando os sintomas que o isolamento entre centro e periferia produz na vida urbana e rural. Neste artigo, como o objetivo é analisar crônicas, gênero que não tem limites formais bem definidos, nos interessa em particular esse segundo aspecto da disjunção, com uma atenção especial à vida em Curitiba nos anos 1960. Como já mencionado, a década apresenta profundas transformações na paisagem urbana da cidade, como o início do povoamento nos bairros suburbanos da Zona Sul. É nos anos 1960 que Curitiba começa a tomar uma forma próxima da que conhecemos hoje, com áreas centrais e periféricas bem definidas.

A primeira crônica, assinada por Cecy Cabral Gomes e publicada no suplemento “Letras de Artes”, do “Diário do Paraná”, em agosto de 1960, é intitulada “Na terra prometida”. De linguagem um tanto poética, o texto propõe uma perspectiva literária por trás dos processos migratórios que povoavam a cidade. O projeto de Cecy é visceral: repara no suor dos homens, na barba por fazer, na poeira, no fedor de morrinha e fumo barato. As mulheres, mirradas, “carregam a criança mais nova atravessada na anca, a chupar os peitos murchos, quase secos” (Gomes, p. 69). Os migrantes chegam “como [...] os animais ao bebedouro, sedentos, atraídos pela fonte que borbulha e se avoluma de água cristalina e refrescante”.

Atrás, em fileira, moleques magros e lombriguentos e alguma velha avó que definha carregam alguns potes e uma trouxa, toda a mudança que possuem. Vêm de longe, viajaram muitos dias, semanas talvez, chegam sempre esperançosos, sem saber do quê esperança... (Gomes, p. 69)

A hipótese da crônica é um entendimento quase que primeiro da migração: a de que a mudança acontece por conta da esperança de uma vida melhor na “terra prometida”.

Há esperança nos olhos que procuram sem encontrar nos corações que desejam sem conhecer, nas cabeças inexperientes de pensar, que só conhecem

o que veem e veem sem compreender. Mãos calejadas e duras estendem-se e procuram, pés ásperos de pisar terras ásperas, carregam os corpos fracos, arrastam-nos para a nova vida, para a nova terra, cansados de vagar (Gomes, p. 70)

Engraçado que a cronista praticamente nega a capacidade imaginativa dos migrantes que chegavam a Curitiba, “inexperientes de pensar”. Nas seguintes, diz que “atrás deixaram nada, que miséria não deixa saudade!...”. E a diferença só existe na oposição: se a terra que de que o migrante se despede é árida, a “terra prometida” é fértil. Não há interesse em tratar da literatura a partir de um juízo de valor pessoal e moralizante. A função da análise é simplesmente ilustrar um dos diversos discursos que adquiriram certo prestígio na crônica paranaense – publicado em um dos principais suplementos culturais paranaenses da época – sobre o momento histórico de transformação que a cidade vivia nos anos 1960. Discurso, em sua gênese, que nada difere do que é genericamente pensado sobre fluxos migratórios nas grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo.

A próxima e última crônica é o primeiro texto de narrativa ficcional explorado aqui. Intitulada “Os meninos da Tude” e assinada por Luiz Geraldo Mazza (2018, p. 219), a crônica foi originalmente publicada no curitibano “Diário da Tarde”, em setembro de 1960. Conta a história de Gertrudes, seus sapos – todos batizados – e sua vizinhança; o Polaco, trabalhador da mercearia que despeja detritos no terreno baldio que mora Gertrudes a fim de ouvi-la berrar, e a vizinha, socialite católica que fez um abaixo-assinado contra a “feiticeira que vende sapos para os centros de magia negra da cidade”. Podemos supor que a crônica é ambientada em Curitiba, visto que, até a década de 1960, as enchentes – tão fundamentais para o texto – definitivamente faziam parte do imaginário urbano (Haus, 2018). Eram frequentes as inundações nas regiões centrais da cidade. Vejamos a situação: Gertrudes é uma pobre, mora num terreno baldio e seu único sentido aparente é criar sapos. Todos os outros personagens apresentados possuem também um único sentido: irritar ou despejar Gertrudes. É claro, a disjunção está posta. No entanto, a crônica continua. Certo dia, Gertrudes acorda com um dos seus sapos brutalmente morto, “com os olhos esbugalhados e o ventre estourado”. Era o Dragão. À noite, fez um velório para o bichinho. Na manhã seguinte, com uma caixa de papelão, sepultou-o. Depois, vem a primeira enchente. “O polaco se gruda na janela dos fundos da casa e fica esperando que clareie um pouco para gozar com os sustos de Gertrudes que acorda com a água na pele da cintura” (Mazza, 2018, p. 220). É agora, entre a primeira e a última enchente da crônica, que somos apresentados ao único personagem que não é antagonista à Gertrudes. Seu amigo, o vendedor de garrafas vazias, que, em referência aos sapos, sempre pergunta: “e como vai a criançada, dona Tude?”. A última enchente, porém, é impiedosa. Derruba o paiol de Gertrudes e leva para o bueiro todos os seus “meninos”. Gertrudes reage.

Arranhava o corpo e gritava que ia jogar-se nas águas, onde não mais conseguia alcançar pé. Vieram os bombeiros e uma ambulância. Ela gritava que não era louca e aquilo lhe parecia uma desumanidade. Aplicaram-lhe uma injeção forte. Gertrudes sentiu que mergulhava na seda, em algodão, em alguma coisa fofa. Quando abriu os olhos, o enfermeiro estava ao seu lado. Já não gritava e pediu baixinho: ‘Vão me levar de novo, não é? Eu e os bichinhos separados’. Chorou como criança. A senhora cristã viu tudo do seu apartamento e fez o sinal da cruz. Espantado, o polaco estava na cerca assistindo à correria. ‘E agora essa, vão levar Gertrudes embora!’. Ele sentiu que estava perdendo alguma coisa.

O triste fim dos meninos da Tude que, debaixo do bueiro, ainda foram levados para um lugar melhor que ela. A crônica levanta alguns pontos sobre a disjunção no cenário curitibano. Pensamos, primeiro, no desenho da própria cidade. Imagino da seguinte forma: um prédio, relativamente chique, onde morava a socialite católica; o terreno baldio, onde morava Gertrudes e a meninada, e a mercearia, onde trabalhava o polaco. O texto não indica nada para além dessa configuração, que, me parece, se trata da região central da cidade, bairro historicamente verticalizado e vítima de enchentes. A crônica apresenta uma série de elementos característicos da tradição disjuntiva da literatura brasileira, como a pobreza, o moralismo, a violência e o trágico. O que chama atenção, no entanto, é a quase total ausência de compaixão. São duas as exceções. Primeiro, o vendedor de garrafas vazias, e, aqui, chamo atenção para a insistência do adjetivo. Veja, se você vende garrafas, é lógico que a garrafa está vazia. Se vende garrafas cheias de água, vende, então, água. O mesmo vale para qualquer outra coisa que acompanhe o interior da garrafa – mesmo no contexto da coleta e revenda de garrafas de vidro para a reutilização do material. A insistência do adjetivo parece satirizar a inutilidade do objeto ou realçar a informalidade do trabalho do personagem. A única pessoa que se relaciona de forma minimamente afetuosa com Gertrudes é também o único personagem não vinculado a nenhuma virtude moral, como o trabalho do polaco e o cristianismo da socialite. Pelo contrário, seu único vínculo é antifuncional. Vende garrafas vazias.

A segunda exceção é a linha final da crônica, reproduzida acima. Quando percebe que levaram Gertrudes, o polaco titubeia. Sente que perdeu alguma coisa. Engana-se quem se comove. Apesar da crônica sugerir uma certa proto-relação libidinal entre o polaco e Gertrudes – em determinado momento, ao perceber os esforços do polaco em irritar a vizinha, o dono da mercearia comenta: ‘Isso é coisa de tarado’ –, o único lamento do polaco é não mais gozar de assistir o sofrimento de Gertrudes. É pobre lascando pobre, outro traço definitivo da disjunção na literatura brasileira.

4 Considerações finais

No artigo “Terra de todas as gentes” (1996), a pesquisadora Maria Cecília Costa identifica uma tentativa de reinvenção da diversidade étnica da cidade (p. 73) em *Curitiba, Terra de Todas as Gentes*, projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal no contexto das comemorações dos 300 anos de Curitiba, em 1993. Em referência a assimilação de grupos migrantes à sociedade curitibana, o projeto reimagina o eixo histórico da cidade por meio de intervenções no espaço urbano com a criação de monumentos étnicos, como os portais italiano, polonês e japonês; bosques de Portugal e Alemão; parques; praças e memorial Árabe. Além de uma curadoria seletiva dos grupos representados, há uma mistura entre “mito e história” do processo de formação da cidade que insiste em uma interação harmoniosa entre diferentes etnias, mesmo seguindo uma hierarquia etnocêntrica (p. 71), racial e geograficamente separados – visto que os portais, bosques, parques e praças ocupam diferentes espaços da cidade. Por mais que contraditória à própria historiografia do Paraná, o projeto *Curitiba, Terra de Todas as Gentes* atesta a vitória da teoria de Wilson Martins diante dos registros documentais, literários e hemerográficos do estado. Por isso, há um interesse especial em relacionar a teoria da disjunção com a “teoria de formação” do Paraná de Wilson Martins. Esse, baseado na ausência das demais etnias que compunham o Brasil tropical, difere dos seus pares por prever

uma certa unidade na cultura, ideias e sociedade paranaense. E o mesmo exercício de reflexão sobre a história da literatura brasileira paralelo à teoria da disjunção, quando aplicado às crônicas paranaenses, apresenta uma interessante funcionalidade na contradição do discurso.

A unidade do Paraná de Wilson Martins custa ao estado o reconhecimento da sua própria história. Custa ao texto e à imprensa de arte paranaense a plena integração ao cenário cultural e intelectual brasileiro, como expõe Aldo Pereira em carta à “Raposa Magazine”. O Paraná enquanto Brasil diferente é, evidentemente, um Brasil europeu, moderno. Uma Curitiba isolada em relação às demais metrópoles brasileiras. Nesse sentido, a funcionalidade da crônica disjuntiva é o contraponto que faz a um Paraná que, na gênese do seu pensamento sociológico, se quis formado. Utópico. Um Paraná desmantelado pela simples e direta descrição das crônicas citadas no trabalho. Acredito que, apesar da situação, nunca deixará de ser interessante olhar para a crônica paranaense. Dentre as diversas qualidades do gênero, capta bem o “espírito do tempo”. Desde a sociabilidade de pessoas escravizadas até a imaginação em torno dos migrantes pobres da década de 1960, a crônica é sempre sincera. Sem grandes floreios. Mesmo na ficção, está ‘ao rés-do-chão’. Não está abaixo de nada, mas calcada no concreto. Quando analisadas do ponto de vista historiográfico, lança luz sobre os problemas e as possibilidades de determinada época. Há uma relação direta entre “Os meninos de Tude” e “A terra prometida” – suas publicações estão separadas por apenas um mês e um espaço bastante limitado ao centro de Curitiba, onde ficavam as redações dos Diários “da Tarde” e “Paranaense”, a poucos pés de distância. O mesmo vale para a história de Francisca Placidina e o escritório do pai de Euclides Bandeira, apesar da diferença de cerca de 30 anos e dos 138 km entre Castro e Curitiba. Esses textos não existem num vácuo e não precisam ser lidos separadamente: ainda é o mesmo chão. Juntos, oferecem uma certa resistência aos discursos sobre o Paraná Brasil diferente que insiste em figurar na caracterização do estado, projeto financiado historicamente pela elite política local.

Referências

- Bandeira, E. Negro fugido. In: Bueno, L. *O tempo visto daqui: 85 cronistas paranaenses*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná. 2018.
- Bueno, L. *Literatura brasileira e disjunção: cegueira social em "Evolução"*, de Machado de Assis. Machado de Assis em Linha, v. 12, pp. 13-24. 2019.
- Candido, A. A vida ao rés-do-chão. In: *Para gostar de ler: crônicas*. Volume 5. São Paulo: Ática, 2003.
- Costa, M. C. Terra de todas as gentes: A reinvenção da diversidade étnica em Curitiba. *Revista da Academia Paranaense de Letras*, Curitiba, v. 60, pp. 57-78, jun. 1996.
- Gomes, C. C. Na terra prometida. In: Bueno, L. *O tempo visto daqui: 85 cronistas paranaenses*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná. 2018.
- Fernandes Júnior. Francisca Placidina e seus 4 filhos reduzidos á escravidão em a villa de Castro. *O Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 16 de set. de 1854, Comunicado, p. 3.
- Fortes, P. H. R. *Entre a política indígena e a política indigenista: um estudo sobre as relações políticas entre índios e não índios em Curitiba no século XIX*, Curitiba: 2014. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37249>>

- Leandro, J. A. *Reescravização de libertos em Ponta Grossa: o caso de Francisca Placidina, 1854-1855*. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 23 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www2.uepg.br/dicion/reescravizacao-de-libertos-em-ponta-grossa-o-caso-de-francisca-placidina-1854-1855/>>. Acesso em 15 de agosto de 2025.
- Leminski, P. Para Paraná. *Raposa Magazine*, Curitiba, maio de 1981, Rumor, p. 21.
- Pereira, A. *Raposa Magazine*, Curitiba, set. 1981, Cartas dos leitores, p. 2.
- Pitz, G. *Curitiba antes da fundação: uma história indígena*. Turistória. Disponível em: <<https://www.turistoria.com.br/curitiba-antes-da-fundacao-uma-historia-indigena>>, 2022.
- Sutil, M. S. Pesquisa histórica. In: *Sultaque - Identidade Cultural – Sotaque Curitibano*. Curitiba. 2018.
- Urban, J. Ensaio fotográfico. *Revista Helena*, Curitiba, v. 1, n. 1, pp. 76-87, out. 2012.
- Martins, W. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- Mazza, L. G. Os meninos da Tude. In: Bueno, L. *O tempo visto daqui: 85 cronistas paranaenses*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná. 2018.
- Menezes, C. L. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba*. Campinas: Papirus Editora. 1996. p. 198-198.
- Motta, J. F. A escravidão brasileira à época da Independência. *Revista USP*, n. 132, pp. 37-58, 2022.
- Nunes, A. R. Francisca Placidina e seus quatro filhos reduzidos à escravidão. In: Bueno, L. *O tempo visto daqui: 85 cronistas paranaenses*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná. 2018.
- Revista Haus. *Enchentes de antigamente: veja fotos dos alagamentos que cobriram as ruas de Curitiba*. Revista HAUS, 21 de março de 2018. Disponível em: <<https://revistahaus.com.br/haus/estilo-cultura/enchentes-de-antigamente-fotos-dos-alagamentos-que-cobriram-as-principais-ruas-de-curitiba/>>. Acesso em 19 de setembro de 2025.
- Vasconcellos, Z. de G. Francisca Placidina e seus 4 filhos reduzidos á escravidão em a villa de Castro. *O Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 23 de set. de 1854, Comunicado, p. 4.

Recebido em: 20/09/2025

Aceito em: 01/12/2025